



AGENTES INTELIGENTES CONVERSACIONAIS NA PRÁTICA JURÍDICA: EXPLORANDO O POTENCIAL DO PROCESSAMENTO DE LINGUAGEM NATURAL PARA ASSISTENTES VIRTUAIS NO DIREITO

Liniker Rafael Cordeiro Oliva¹; Miguel Fernandes de Oliveira¹; Robson Fernandes¹

¹Área de Ciências Exatas – Centro Universitário Sagrado Coração
liniker.oliva123@gmail.com, migueloliveira4002@gmail.com,
robson.fernandes@unisagrado.edu.br

Tipo de pesquisa: Iniciação Científica Voluntária – PIVIC
Área do conhecimento: Ciências Exatas – Inteligência Artificial

Este projeto investiga o uso de tecnologias computacionais na área jurídica para aprimorar a eficiência e a acessibilidade dos serviços legais. Por meio de técnicas de Processamento de Linguagem Natural (PLN), o estudo concentra-se no desenvolvimento de Agentes Inteligentes Conversacionais (AICs) — ou *chatbots jurídicos* — capazes de automatizar tarefas, facilitar o acesso a informações e oferecer suporte aos profissionais do Direito. A pesquisa adota uma abordagem exploratória e descritiva, analisando a aplicação integrada de AICs e PLN no contexto jurídico, fundamentada em revisões bibliográficas, estudos de caso e feedback qualitativo de profissionais e usuários. Os principais desafios identificados incluem a complexidade da linguagem jurídica, além de questões éticas relacionadas à privacidade de dados, ao viés algorítmico e à necessidade de transparência no uso de modelos de Inteligência Artificial (IA). Para enfrentar esses desafios, o projeto prioriza a explicabilidade (XAI) e o uso ético da IA, assegurando conformidade com princípios legais e morais. A etapa experimental resultou em um protótipo de Agente Jurídico Inteligente, combinando redes neurais profundas (BERT) para classificação de documentos e modelos de linguagem de grande escala (LLMs), como o DeepSeek, para sumarização automática de textos jurídicos. Os resultados foram expressivos, com acurácia de 85%, F1-score de 0,83 e ROUGE-1 de 0,75, comprovando a viabilidade técnica e científica da proposta. Conclui-se que a integração entre AICs e PLN pode transformar a prática jurídica, tornando-a mais eficiente, acessível e ética, além de promover inovação responsável e democratização do acesso à justiça. Palavras chave: Inteligência Artificial. Processamento de Linguagem Natural. Agentes Inteligentes Conversacionais. Tecnologias no Direito.